

Orçamento é aprovado após o acordo entre lideranças

CORREIO BRAZILIENSE

20 DEZ 1991

Um acordo de lideranças garantiu a aprovação do substitutivo da Comissão Mista de Orçamento ao projeto de Lei Orçamentária para 1992 no plenário do Congresso, ontem à noite. Apesar dos votos contrários do PT e do PSDB, o acordo obtido na madrugada de quarta para quinta-feira, na Comissão, foi suficiente para que o Congresso, mesmo sem o quorum qualificado, aprovasse o Orçamento da União para o próximo ano. As bancadas petista e peessedebista haviam se comprometido a não pedir verificação de quorum.

Pelo acordo, as dotações orçamentárias previstas no parecer do relator-geral, deputado Ricardo Fiúza, (PFL/PE) foram mantidas, em troca da supressão de quatro pontos no texto da lei. Com isso, o Governo não poderá mais adequar a execução da despesa fixada ao ingresso das receitas, abrir créditos suplementares baseado no excesso de arrecadação, remanejar as dotações destinadas ao financiamento do custeio e do investimento agropecuário e propor outro índice de reajustamento dos valores de receita e despe-

sa além do já fixado no texto da lei. "Essas supressões ocorreram para que o Congresso mantenha suas prerrogativas", disse o vice-presidente da Comissão, deputado Sérgio Gaudenzi (PDT/BA).

Na avaliação do deputado petista, "houve avanços na elaboração da lei orçamentária deste ano, em relação ao ano anterior". Gaudenzi acredita que o relatório final está bem mais transparente, mas reconhece que ainda há falhas a corrigir, a começar pela sua própria elaboração pelo Executivo. "Este orçamento é recessivo e privilegia o pagamento da dívida do Governo", acrescenta o deputado Eduardo Jorge (PT/SP), "além de diminuir gastos com pessoal e em áreas importantes como saúde, educação e agricultura".

Outro crítico do relatório final, o deputado Paulo Hartung (PSDB/ES), apesar de admitir que Fiúza atendeu, em parte, às reivindicações de dotar com mais recursos a educação, a agricultura e a ciência e a tecnologia, disse que a formação da comissão, em si, precisa ser discutida profundamente no próximo ano. "O pa-

recer preliminar limitou em muito o potencial de correção das distorções vindas no projeto do Executivo, praticamente impedindo a ação do Congresso", avalia, lembrando que a própria Comissão aprovou essa medida. "Esse método de discutir o relatório final à última hora não garante que não tenha havido distorções, não detectadas por falta de tempo para um maior exame" lembra Eduardo Jorge.

Aprovado às 5h desta quinta-feira, o relatório de Fiúza foi apresentado à Comissão de Orçamento apenas às 21h de terça-feira, restando aos membros da Comissão pouco mais de 24 horas até o começo da votação, às 24h de quarta-feira. "Isso precisa mudar para que o trabalho tenha realmente a transparência necessária", sentencia Hartung. "O deputado Fiúza está muito preocupado com sua imagem de relator-geral", lembrou Gaudenzi para justificar confiança na imparcialidade de Fiúza. Muitas das verbas carimbadas foram suprimidas e o relator ainda compatibilizou alguns dos mil e duzentos destaques apresentados".